

CEU Geada: um estudo sobre a implementação de uma política pública em área de vulnerabilidade social no município de Limeira.

Palavras-Chave: CEU Geada; Centro de Artes e Esporte Unificado; Praças do PAC; Pracinhas da Cultura; Vulnerabilidade urbana; Limeira-SP.

Autores(as):

Letícia Candido de Abreu – FCA, UNICAMP Oswaldo Gonçalves Junior – FCA, UNICAMP Rodrigo Alberto Toledo – FCA, UNICAMP

1. INTRODUÇÃO

A modernização urbana no Brasil, especialmente em São Paulo, potencializa a pobreza e desigualdade, pois o desenvolvimento capitalista ocorre junto à seletiva atuação do Estado, com maior presença para beneficiar as parcelas mais ricas e ausência para atender às necessidades das populações pobres, resultando em segregação e precarização dos serviços básicos (Kowarick, 2000). Além disso, o espaço urbano é socialmente construído, com a elite financeira influenciando a localização de habitação e trabalho, reforçando desigualdades (Carlos, 2009). Dessa forma, o Estado tem papel fundamental em atuar mediando essas desigualdades, promovendo equipamentos coletivos, infraestrutura e subsídios para mitigar a vulnerabilidade social.

No bairro Geada, periferia de Limeira, foi implantado em 2014 um conjunto habitacional popular fruto do programa Minha Casa Minha Vida, destinado a famílias de baixa renda e marcado por segregação e falta de infraestrutura adequada. Nesse contexto, o CEU Geada foi criado como parte de uma política pública integrada que busca ampliar o acesso a serviços públicos, fomentar o desenvolvimento social e econômico, e promover cidadania em áreas vulneráveis.

Os CEUs são equipamentos multifuncionais que reúnem cultura, esporte, assistência social e educação, com estrutura para integrar diversas políticas públicas. Seu modelo de gestão é compartilhado, com um Grupo Gestor tripartite formado por sociedade civil, comunidade local e poder público, garantindo participação democrática e apropriação comunitária.

A pesquisa pretendeu analisar a implementação dessa gestão, seus desafios e limites, e avaliar o papel do CEU Geada na mitigação da vulnerabilidade social no território, buscando contribuir para a compreensão da eficácia dessas políticas públicas integradas.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise documental. O objetivo é compreender os processos de implementação, gestão e sustentabilidade

institucional do CEU Geada, no município de Limeira/SP, à luz das diretrizes da Política Nacional dos Centros de Artes e Esportes Unificados.

A análise foi estruturada a partir do exame de documentos relacionados ao CEU Geada, como atas das reuniões do Grupo Gestor referentes à gestão 2019-2020, regimento interno, estatuto do grupo e decretos municipais que normatizam o funcionamento do equipamento. Além disso, foram considerados materiais orientadores da política pública nacional, incluindo cartilhas, manuais e legislações federais, para comparação.

O estudo envolveu uma leitura analítica e interpretativa dos documentos, guiada por seis eixos fundamentais: monitoramento e apoio técnico; governança e gestão integrada; transparência e participação comunitária; mobilização social e capacitação; uso do sistema de gestão; e orçamento e sustentabilidade institucional.

A partir dessa análise comparativa, buscou-se avaliar o grau de aderência entre o modelo preconizado nacionalmente e sua implementação no contexto municipal, identificando avanços, entraves e descontinuidades.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas, significados e práticas institucionais que configuram o CEU Geada como uma política pública voltada ao combate da vulnerabilidade social, destacando o papel das gestões municipais e da participação comunitária na sua efetivação e continuidade.

Considera-se, para fins desta pesquisa, o período de implantação e funcionamento do equipamento até 2019, anterior à reconfiguração institucional promovida por portaria federal que alterou a nomenclatura dos CEUs para "Pracinhas da Cultura". Assim, utiliza-se neste trabalho a designação original "CEU Geada", em consonância com os documentos e diretrizes vigentes no período analisado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

3.1 Panorama Geral das Diretrizes da Política Pública Nacional

O apoio do Ministério da Cultura aos entes federados na política pública dos CEUs se deu em três eixos principais:

- Mapeamento Sociocultural: Realizado ainda na fase de implantação, esse mapeamento identificou lideranças, agentes culturais e dinâmicas territoriais para subsidiar a futura gestão participativa dos equipamentos.
- Ativações: Após a inauguração, equipes do MinC visitam os territórios para validar e ampliar o mapeamento, promovendo encontros com lideranças locais, reuniões com o Grupo Gestor e oficinas abertas à comunidade. Essas ações visam ativar o CEU como espaço público vivo e participativo.
- Monitoramento e Apoio Técnico: Ocorre em dois momentos:
 - i. Durante a implantação, com orientações presenciais e materiais de apoio para a formação dos Grupos Gestores e realização das oficinas de mobilização social, exigidas para a prestação de contas.

ii. Após a inauguração, com suporte à estruturação da gestão local: definição de orçamento, contratação de equipe, manutenção dos espaços e programação cultural contínua.

Além das ações diretas de apoio à implantação e gestão dos CEUs, o Ministério da Cultura desenvolveu duas frentes principais de atuação complementares.

A primeira compreende seminários, capacitações, redes e ativações Regionais. Segundo a Cartilha De Orientação Para Ações De Mobilização Social Nos CEUs, elaborada pelo MinC, desde 2012 são promovidos eventos para capacitar os gestores locais sobre temas centrais da política, como mobilização social, prestação de contas e organização dos Grupos Gestores. Essas iniciativas visam fomentar a criação de uma rede de gestores e comunidades, voltada à troca de experiências e ao debate sobre os desafios da gestão cotidiana dos equipamentos.

A segunda frente refere-se ao Sistema de Gestão, que inclui o sistema digital *ePraças* e as pesquisas anuais conduzidas pela Coordenação Geral de Gestão Compartilhada (CGGEC), junto às unidades em funcionamento. Essas ferramentas têm o objetivo de monitorar e qualificar a gestão das Praças, assegurando o acompanhamento contínuo e o aprimoramento da política pública dos CEUs.

Complementarmente, a Portaria nº 318/2016 institui o Relatório de Execução das Atividades (REA) como instrumento obrigatório para a comprovação das ações de mobilização social. O documento estabelece critérios formais que os municípios devem cumprir, como a realização de oficinas, registros fotográficos, atas, listas de presença e a apresentação de documentos normativos locais, como a portaria de criação do Grupo Gestor e do Regimento Interno. Esses requisitos reforçam que a mobilização social não é apenas uma recomendação metodológica, mas uma etapa contratual e avaliativa, que integra a lógica do financiamento federal.

A análise dos diversos documentos orientadores da política pública dos CEUs, incluindo cartilhas, manuais e normativas como a Portaria nº 318/2016, evidencia que o programa foi criado para articular infraestrutura física e gestão participativa. Tal estrutura exige dos municípios não apenas a execução da obra, mas o desenvolvimento de mecanismos de planejamento, transparência e articulação comunitária. Esses elementos formam a base para a análise do processo de implementação do CEU Geada no município de Limeira, discutida a seguir.

3.2 Análise da implementação do CEU Geada

A análise documental da fase inicial de implementação do CEU Geada indica um esforço do município em alinhar-se às diretrizes da política pública federal, especialmente por meio da participação nos Encontros de Ativação e na capacitação do Grupo Gestor. Os documentos disponíveis, que abrangem o período até 2019, apontam iniciativas voltadas à estruturação da gestão participativa. No entanto, não foram encontrados registros sobre o acompanhamento técnico contínuo após a inauguração, o que sugere descontinuidade no suporte federal e fragilidade nos mecanismos locais de monitoramento.

Os documentos estudados cobrem até 2019, dessa forma, é possível supor que a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, tenha agravado as dificuldades de gestão, mobilização social e continuidade das ações, dada a suspensão ou limitação das atividades presenciais e o aumento das vulnerabilidades sociais.

É relevante destacar que, no momento da realização desta pesquisa, no primeiro semestre de 2025, o CEU Geada não contava com um Grupo Gestor ativo. A ausência se deve a mudanças recentes na política local, com

reestruturações internas que descontinuaram o modelo anterior de governança. Essa constatação reforça a instabilidade da política pública no território e o distanciamento progressivo das diretrizes originais da iniciativa.

Em relação à transparência, não há canais atualizados e acessíveis para divulgação de informações sobre atividades, gestão ou manutenção do espaço. A plataforma *ePraças*, desenhada para garantir transparência e controle social, não possui informações sobre o CEU Geada, e a página no *Facebook* teve sua última publicação em 2023. Essa ausência de comunicação institucional permanente compromete o controle social e contribui para a baixa apropriação comunitária do equipamento, que deixa de ser percebido como um espaço público coletivo e partilhado.

Quanto à governança, o assessor do CEU atua como coordenador das reuniões, mas há limitações quanto à articulação intersetorial. O Grupo Gestor apresenta uma composição tripartite formal, mas com participação irregular das secretarias envolvidas, especialmente a de Esportes, comprometendo a gestão integrada e participativa.

A mobilização social ocorreu de forma pontual, com oferta de cursos e ações culturais no início da operação, mas sem continuidade ou articulação em rede. A apropriação comunitária do espaço parece permanecer limitada, especialmente diante da descontinuidade do Grupo Gestor e da falta de canais de comunicação ativos.

Nos documentos analisados até 2019, identificam-se fragilidades na formalização e transparência do planejamento orçamentário do CEU Geada. Apesar da elaboração de um plano de gestão no momento da adesão ao PAC, não há registros claros, nesse período, sobre a continuidade da previsão e da execução de recursos. Além disso, não foi possível localizar, até o momento, informações atualizadas sobre orçamento no site do *ePraças*, e dados gerais sobre o orçamento do CEU Geada permanecem ausentes nas fontes públicas consultadas, o que reforça os limites de transparência ao longo do tempo.

CONCLUSÃO

A análise da implementação do CEU Geada em Limeira revela fragilidades estruturais que comprometem sua continuidade e efetividade como política pública de enfrentamento à vulnerabilidade social. Embora concebido com princípios robustos de participação, intersetorialidade e territorialização, sua aplicação local mostra-se altamente dependente das gestões municipais, sendo marcada por descontinuidades, falta de institucionalização e baixa transparência.

A rotatividade anual do Grupo Gestor, aliada à exoneração de agentes-chave nas transições administrativas, dificulta a consolidação de processos e ações. Soma-se a isso a ausência de canais públicos atualizados para divulgação de informações e prestação de contas, o que impede o monitoramento social e reforça a opacidade institucional.

Embora o CEU tenha sido implantado em território periférico e vulnerável com o objetivo de integrar cultura, esporte, educação e assistência social, sua apropriação comunitária ainda é limitada. A mobilização social ocorre de forma pontual e desarticulada, e a participação da comunidade não se sustenta como prática contínua.

O sistema de gestão e monitoramento (*ePraças*) parece subutilizado, e os documentos disponíveis não permitem avaliar a sustentabilidade institucional da política no longo prazo.

Em síntese, o CEU Geada permanece como um equipamento com grande potencial social, ainda não plenamente realizado. Sua consolidação como política pública efetiva exige práticas institucionais mais estáveis, transparentes e articuladas, voltadas à promoção da cidadania e à superação das desigualdades territoriais.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Cultura. Anexo III – Relatório de Execução das Atividades (REA) – Mobilização Social para Ocupação de Praças (CEUs). Brasília, 2016 (versão publicada em 2017). Disponível em: http://pracinhas.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/Anexo III P318 2016.pdf.

BRASIL. Ministério da Cultura. Cartilha de Orientação para Ações de Mobilização Social nos Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs. Brasília, 2014. Disponível em: http://pracinhas.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2018/07/Cartilha CEUs definitiva2014 sem-logo.pdf

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 8^a Ed, 2^a reimpr. São Paulo: Contexto, 2009.

KOWARICK, Lúcio. Escritos Urbanos. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1hvdH P58A52SITY5 UV2k-UG0gJSOSAz/view

LIMEIRA (SP). Decreto Municipal nº 308, de 12 de setembro de 2019. Aprova o Estatuto do Grupo Gestor da Estação Cidadania – Cultura (CEU Geada), o qual passa a fazer parte integrante deste Decreto. Situação: em vigor. Autoria: Prefeito Mário Celso Botion. Disponível em: https://legislacao.limeira.sp.leg.br/Limeira-SP/DecretosMunicipais/308-2019.

LIMEIRA (SP). Decreto Municipal nº 309, de 12 de setembro de 2019. Aprova o Regimento Interno da Estação Cidadania – Cultura (CEU Geada) e o incorpora como parte integrante ao decreto. Limeira, SP. Situação: em vigor. Disponível em: https://legislacao.limeira.sp.leg.br/Limeira-SP/DecretosMunicipais/309-2019.

Prefeitura Municipal de Limeira. Conjuntos Habitacionais - Bairro Geada. Disponível em: https://www.limeira.sp.gov.br/cidadao/casa-e-moradia/conjuntos-habitacionais/bairro-geada

Prefeitura Municipal de Limeira. Limeira - SP. Decreto Municipal nº 388, de 27 de dezembro de 2018. Disponível em: < http://legislacao.limeira.sp.leg.br/Limeira-SP/DecretosMunicipais/388-2018/Arquivos/.